

Relatório final de atividades

Projeto: Reestruturação da Revista de Doutrina e Jurisprudência do STM: de publicação técnica à revista científica

Coordenador do Projeto:	Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo		
Nome do(a) pesquisador(a):	Lourdes Yamila Quintero Rojas		
Vigência da Bolsa de Pesquisa:	20/05/2026	Até:	20/08/2026
Encerramento em:	07/07/2026		
Ref. Fundação:	32686	Ref. Ibict:	003/2026-59

Descrição das Atividades da Bolsa de Pesquisa:

(I) Realizar estudos sobre usabilidade, acessibilidade e design informacional aplicados à comunicação científica, subsidiando a proposição da interface e identidade visual da revista conforme o manual do STM; (II) Entrega de relatório das atividades desenvolvidas

1 INTRODUÇÃO

O projeto “Reestruturação da Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar (STM): de publicação técnica à revista científica” é conduzido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e tem como objetivo a reformulação da Revista de Doutrina e Jurisprudência do STM, elevando-a de uma publicação técnica para uma produção científica em conformidade com as exigências de qualidade editorial. Nesse sentido um dos objetivos específicos é: “modernizar o design e a estrutura da revista, promovendo acessibilidade, usabilidade e adequação a padrões internacionais” (Ibict, 2025). Ante esse cenário, surge a necessidade de um profissional na área de design que forneça o suporte para dar cumprimento a esse objetivo desde o ponto de vista técnico e metodológico.

1.1 Objeto

Reformular a interface gráfica da revista STM assegurando acessibilidade, usabilidade e adequação a padrões internacionais.

1.2 Objetivos específicos

Desenvolver uma nova proposta de design para a interface da revista STM, incorporando os critérios de excelência das revistas científicas.

Alinhar a identidade visual da publicação às diretrizes institucionais do STM e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM).

Otimizar a versão digital da revista para aprimorar sua usabilidade e acessibilidade.

2 MÉTODO

A readequação da Revista de Doutrina e Jurisprudência do STM será orientada por uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa documental e análise comparativa com outras revistas científicas da área (benchmarking).

2.1 Pesquisa documental

Analisar as diretrizes de comunicação do STM e da ENAJUM, garantindo a unidade visual e consistência com as produções das instituições.

2.2 Estudo comparativo (*Benchmarking*)

Para garantir a adequação da revista a publicação científica será conduzido um estudo comparativo com revistas científicas na área de Ciências Militares. Após as revistas serem mapeadas, serão analisadas cores, identidade, layout, fontes, usabilidade e acessibilidade, permitindo a implementação de melhorias.

3 RESULTADOS

3.1 Percurso da pesquisa e levantamento de informação

O desenvolvimento do trabalho iniciou-se com a realização de uma reunião entre as coordenações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e da Revista STM, realizada em 20 de maio de 2026, na sede da ENAJUM.

Na sequência, em 2 de junho às 13h30 conduziu-se uma segunda reunião técnica com a coordenação da Revista STM, também nas dependências da ENAJUM, para detalhamento das etapas do projeto de design.

Como desdobramento desses encontros, identificou-se um novo requisito: o desenvolvimento do projeto gráfico dos artigos para a versão impressa da revista e do folheto de resumo dos artigos. O Quadro 1 apresenta a sínteses dos requisitos estabelecidos pela equipe da Revista STM.

Quadro 1 Sínteses de requisitos do projeto

Categoria	Especificação Técnica
Tipografia	Corpo em Createo Display
Cores	Paleta de cores da edição 10 anos da Revista da ENAJUM.
Software	OJP/PKP e Adobe InDesign
Formatos	Folheto (210x210mm) e revista (170x260mm).

Fonte: elaborado pela autora (2026)

Como resultado da análise das diretrizes de comunicação do STM e ENAJUM. Destaca-se que a ENAJUM não apresenta Manual de Identidade formalizado, a Figura 1 foi fornecida como diretriz pela equipe da revista STM.

Figura1. Identidade de ENAJUM



Fonte: Imagem fornecida pela equipe da revista STM

Adicionalmente, por solicitação da própria equipe, optou-se por usar as cores utilizada na edição 10 da Revista STM e manter apenas o logo institucional respeitando as orientações gerais do manual quanto à correta aplicação da assinatura visual.

3.2 Resultado do Benchmarking

Para o estudo comparativo, foram analisadas quatro publicações alinhados ao escopo temático da Revista STM. Entre elas, destaca-se a revista Themis (Brasil), indicada pelo Equipe do STM/ENAJUM, além da *Revista Ensayos Militares* (Chile), *Revista Científica General José María Córdova* (Colômbia), e a *Coleção Meira Matos: Revista de Ciências militares* (Brasil). A sínteses dessas análises constam no Quadro 2, que aponta como os critérios avaliados são atendidos de forma total ou parcial por cada instituição.

Quadro 2 Benchmarking de revistas científicas militares

	Themis. Revista de Esmec	Revista Ensayos Militares	Revista Científica General José María Córdova	Coleção Meira Matos. Revista de Ciências militares
Usabilidade/ acessibilidade	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende	Atende parcialmente
Tipografia	Atende	Atende parcialmente	Atende	Atende
Layout	Atende	Atende	Atende	Atende
Cores/Identidade	Atende	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende

Fonte: elaborado pela autora (2026)

Como resultado desse estudo foram estabelecidas recomendações para o site atual, Figura 2, da Revista e as melhorias a serem implementadas no novo design. Em concordância com o solicitado pelo cliente, decidiu-se transformar o logo de ENAJUM, que era a identidade principal da Revista e a de STM como identidade secundária, evidenciando de forma clara o vínculo institucional com a Escola.

Adicionalmente, previu-se a inclusão de um banner com uma imagem representativa da escola para reforçar a presença visual. As marcas de terceiros exibidas no site, serão convertidas para tons de cinza e recuperando as cores originais através do

efeito *hover* (passagem do cursor) o que confere mais protagonismo as cores azul e dourada da Revista.

No que diz respeito à navegação, foram incorporados novos acessos diretos no menu lateral, conferindo destaque aos recursos mais relevantes e frequentemente acessados pelos usuários, otimizando a realização de tarefas

Figura2 Página Inicial da Revista STM atual



Fonte: STM (2026)

Por fim, trabalhou-se na padronização do layout, tipografia e das cores, elevando os índices de usabilidade do site, figura3.

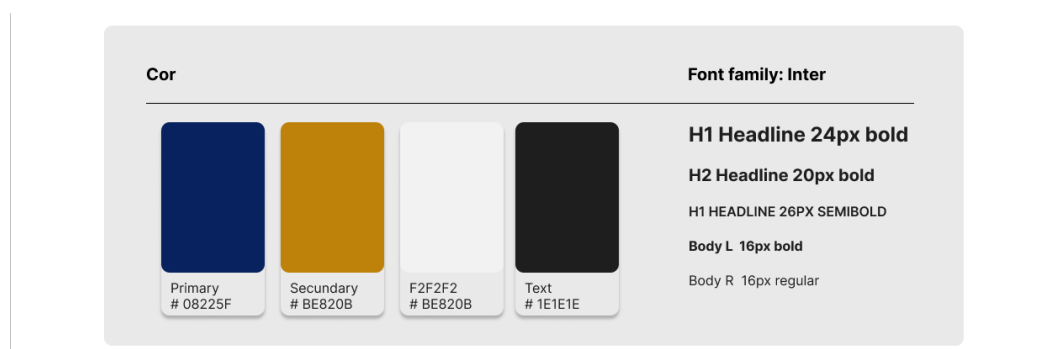
Figura 3. Proposta Nova da página inicial da Revista STM



Fonte: elaborado pela autora (2026)

O desenvolvimento do novo design e o *Design System*, figura 4, foi concluído com a entrega dos arquivos em Figma e em versão PDF.

Figura 4. Detalhe do Design System da Revista STM



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Todos os layout e componentes visuais encontram-se disponíveis para consulta no Anexo A deste documento.

3.4 Ampliação do escopo da pesquisa

Conforme exposto nas seções anteriores, a equipe da Revista STM apresentou uma nova solicitação, que consistiu no design da Revista impressa e Folheto, abrangendo desde a criação das capas até o design editorial e diagramação dos artigos. Inicialmente, foram desenvolvidas seis propostas de capa, figura 5.

Figura 5. Propostas de capas



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Após vários ajustes solicitados pela coordenação da Revista STM, definiu-se a versão final, Figura 6.

Figura 6. Design final da capa e contracapa da Revista



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Com a aprovação da Capa realizaram-se adaptações necessárias para o formato do Folheto, figura 7.

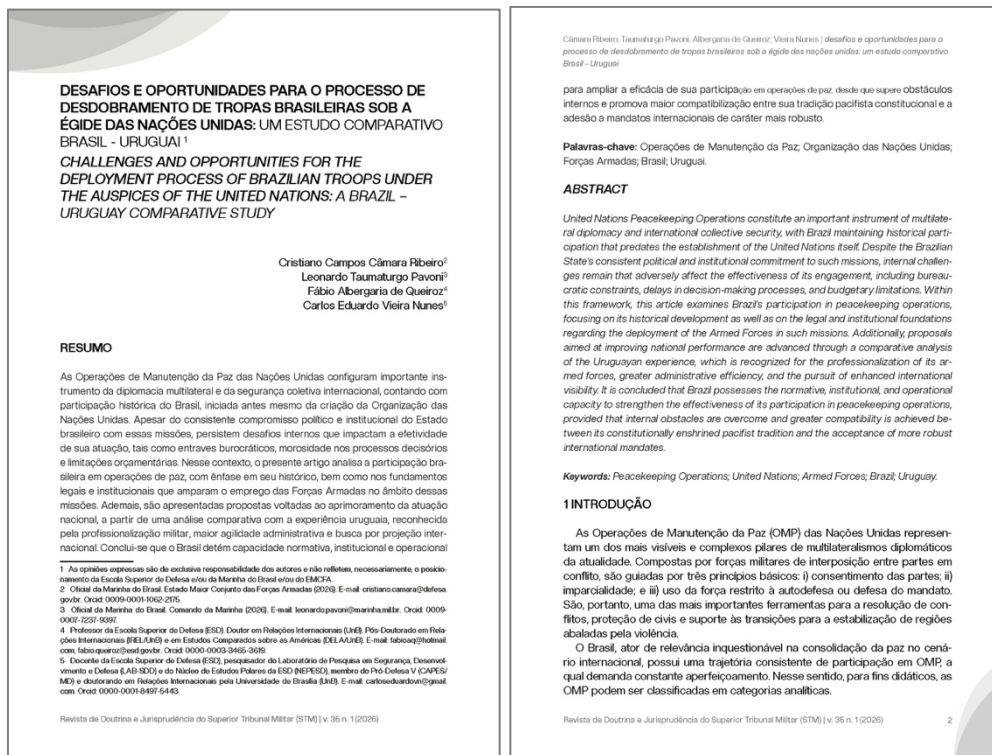
Figura 7. Design final da capa e contracapa do Folheto



Fonte: elaborado pela autora (2026)

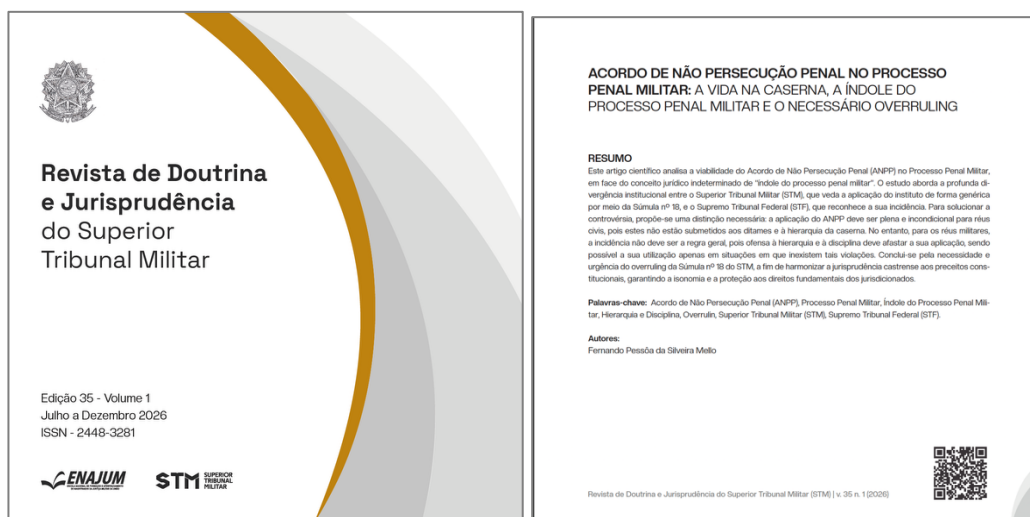
A etapa seguinte envolveu o design das páginas internas, assegurando a consistência visual entre as peças gráficas, Figuras 8 e 9.

Figura 8. Design final das páginas internas da Revista STM



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Figura 9. Design final das páginas internas do Folheto



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Por fim, foram diagramados 6 artigos, que se apresentam no Quadro 3.

Quadro 3 Artigos diagramados

Código	Artigos	Nº de págs.
149STM	Desafios e oportunidades para o processo de desdobramento de tropas brasileiras sob a égide das Nações Unidas: Um estudo comparativo Brasil – Uruguai	27
151STM	Insurgência Criminal no Rio de Janeiro: A Dinâmica do terror e a realidade do conflito armado não internacional	47
153STM	O áporo do direito militar: uma análise crítico-dialética da atuação da justiça militar da união à luz da poética de Carlos Drummond De Andrade	14
156STM	De refugiada à brasileira naturalizada: O acolhimento de uma família paquistanesa no Brasil	25
157STM	Marco deontológico da atuação das forças armadas e corpos de segurança pública	50
Sem-número	A corregedoria como pilar da transparência e do controle interno das atividades operacionais da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)	19

Fonte: elaborado pela autora (2026)

O trabalho concluiu com a entrega de todos os arquivos originais nos formatos InDesign e Illustrator e as versões exportadas em PDF, além das fontes utilizadas.

REFERÊNCIAS

COLEÇÃO MEIRA MATTOS: REVISTA DE CIÊNCIAS MILITARES. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Disponível em:

<https://colecaomeiramattos.com.br/CMM/index>. Acesso em: 9 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Ibict).

Reestruturação da Revista de Doutrina e Jurisprudência do STM: de publicação técnica à revista científica. Brasília, DF: Ibict, jul. 2025. 16 p. Proposta de projeto de pesquisa.

REVISTA CIENTÍFICA GENERAL JOSÉ MARÍA CÓRDOVA. Bogotá: Escuela Militar de Cadetes General José María Córdova. Disponível em:

<https://revistacientificaesmic.com/index.php/esmic>. Acesso em: 9 jul. 2026.

REVISTA DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO STM. Superior Tribunal Militar.

Disponível em: <https://revista.stm.jus.br/index.php/periodicos/index>. Acesso em: 9 jul. 2026.

REVISTA ENSAYOS MILITARES. Centro de Estudios Estratégicos de la Academia de Guerra del Ejército de Chile. Disponível em:

<https://revistaensayosmilitares.cl/index.php/acague>. Acesso em: 9 jul. 2026.

REVISTA THEMIS. REVISTA DA ESMEC. Escola Superior da Magistratura do Estado do

Ceará. Disponível em: <https://revistathemis.tjce.jus.br/THEMIS/>. Acesso em: 9 jul. 2026.

Lourdes Yamila Quintero Rojas

Pesquisadora

De acordo:

Washington Luís Ribeiro de Carvalho
Segundo

Coordenador do projeto

Anexo A – Revistas analisadas

Anexo A Figura 1. Página Submissão de Themis. Revista da ESMEC



Fonte: Themis (2026)

Anexo A Figura 2. Página Inicial da Revista *Ensayos Militares*



Fonte: Revista Ensayos Militares (2026)

Anexo A Figura 3. Página Home da Revista Científica General José María Córdova



Fonte: Revista Científica General José María Córdova (2026)

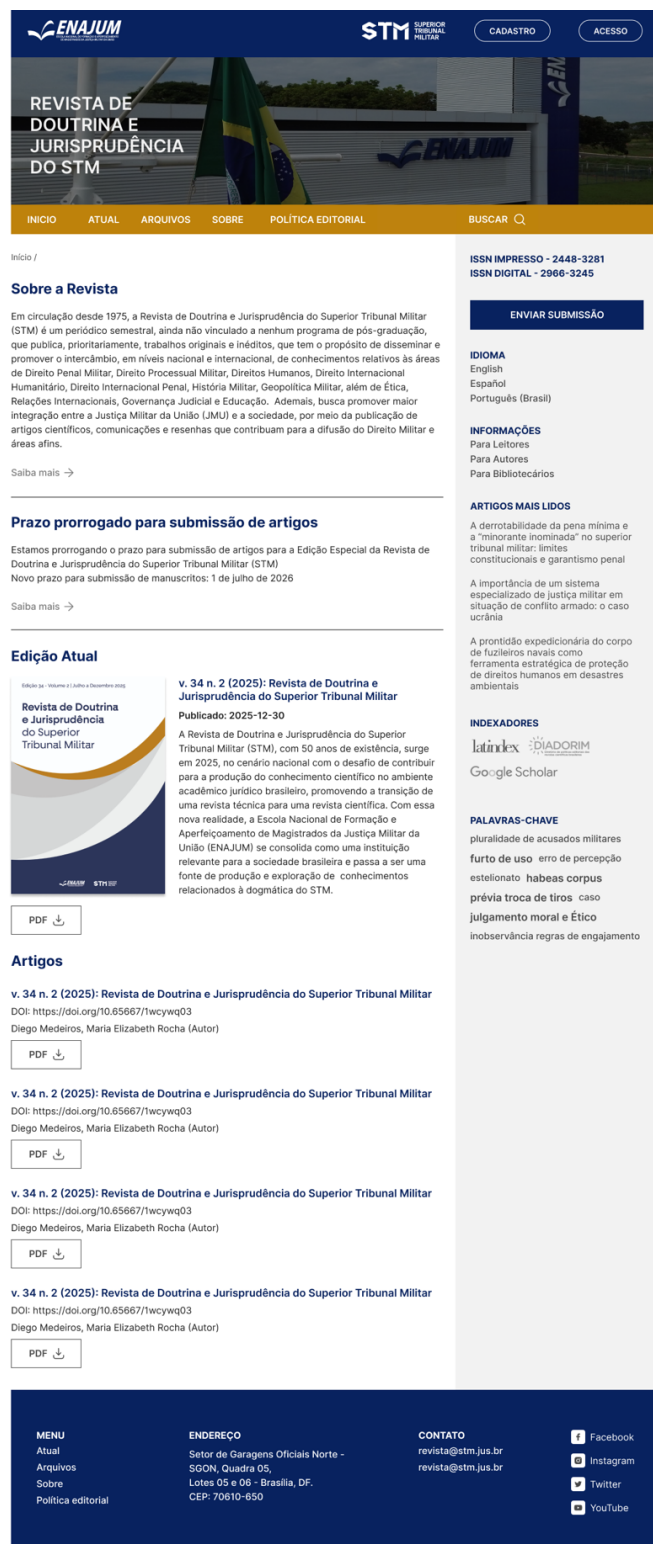
Anexo A Figura4. Página Sobre da Coleção Maeira Mattos. Revista das Ciências Militares



Fonte: Coleção Maeira Mattos. Revista das Ciências Militares (2026)

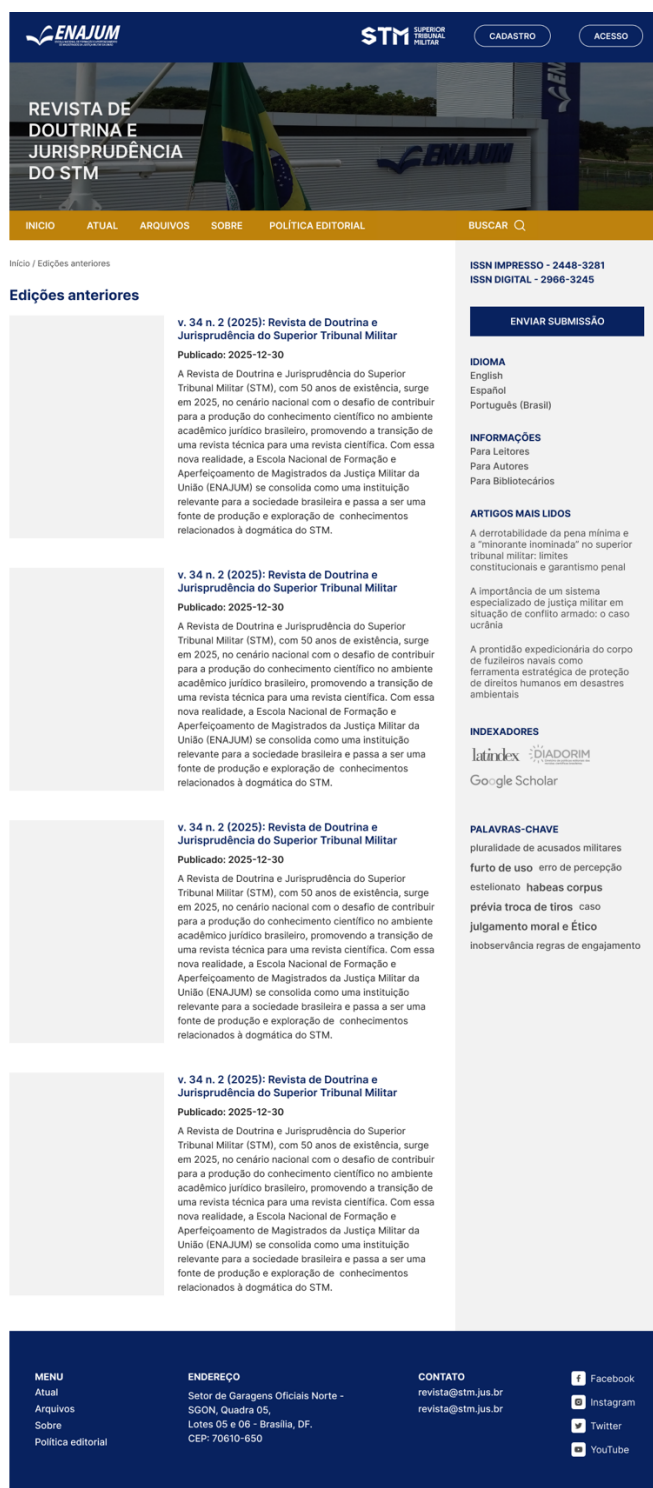
Anexo B – Novas propostas da Revista Online

Anexo B Figura 1. Novo design da Página Início da Revista STM



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Anexo B Figura 2. Novo design da Página Arquivos da Revista STM



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Anexo B Figura 3. Novo design da Página Arquivo da Revista STM

ENAJUM **STM** SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR CADASTRO ACESSO

REVISTA DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO STM

INICIO ATUAL ARQUIVOS SOBRE POLÍTICA EDITORIAL BUSCAR

Início / Edições anteriores / v. 34 n. 1 (2025): Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar

v. 34 n. 1 (2025): Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar

Publicado: 2025-12-30

A Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar (STM), com 50 anos de existência, surge em 2025, no cenário nacional com o desafio de contribuir para a produção do conhecimento científico no ambiente acadêmico jurídico brasileiro, promovendo a transição de uma revista técnica para uma revista científica. Com essa nova realidade, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM) se consolida como uma instituição relevante para a sociedade brasileira e passa a ser uma fonte de produção e exploração de conhecimentos relacionados à dogmática do STM.

PDF

Artigos

v. 34 n. 2 (2025): Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar
DOI: <https://doi.org/10.65667/1wcywq03>
Diego Medeiros, Maria Elizabeth Rocha (Autor)

PDF

v. 34 n. 2 (2025): Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar
DOI: <https://doi.org/10.65667/1wcywq03>
Diego Medeiros, Maria Elizabeth Rocha (Autor)

PDF

v. 34 n. 2 (2025): Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar
DOI: <https://doi.org/10.65667/1wcywq03>
Diego Medeiros, Maria Elizabeth Rocha (Autor)

PDF

v. 34 n. 2 (2025): Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar
DOI: <https://doi.org/10.65667/1wcywq03>
Diego Medeiros, Maria Elizabeth Rocha (Autor)

PDF

Acervo histórico

v. 34 n. 2 (2025): Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar
DOI: <https://doi.org/10.65667/1wcywq03>
Diego Medeiros, Maria Elizabeth Rocha (Autor)

PDF

Jurisprudência

v. 34 n. 2 (2025): Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar
DOI: <https://doi.org/10.65667/1wcywq03>
Diego Medeiros, Maria Elizabeth Rocha (Autor)

PDF

ISSN IMPRESSO - 2448-3281
ISSN DIGITAL - 2966-3245

ENVIAR SUBMISSÃO

IDIOMA
English
Español
Português (Brasil)

INFORMAÇÕES
Para Leitores
Para Autores
Para Bibliotecários

ARTIGOS MAIS LIDOS
A derrotabilidade da pena mínima e a "minorante inominada" no superior tribunal militar: limites constitucionais e garantismo penal
A importância de um sistema especializado de justiça militar em situação de conflito armado: o caso ucrânia
A prontidão expedicionária do corpo de fuzileiros navais como ferramenta estratégica de proteção de direitos humanos em desastres ambientais

INDEXADORES
latindex DIADORIM
Google Scholar

PALAVRAS-CHAVE
pluralidade de acusados militares
furto de uso erro de percepção
estelionato habeas corpus
prévia troca de tiros caso
julgamento moral e Ético
inobservância regras de engajamento

MENU
Atual
Arquivos
Sobre
Política editorial

ENDEREÇO
Setor de Garagens Oficiais Norte -
SGON, Quadra 05,
Lotes 05 e 06 - Brasília, DF.
CEP: 70610-650

CONTATO
revista@stm.jus.br
revista@stm.jus.br

Facebook
Instagram
Twitter
YouTube

Fonte: elaborado pela autora (2026)

Anexo B Figura 4. Novo design da Página Artigo da Revista STM




CADASTRO

ACESSO

REVISTA DE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO STM

INICIO

ATUAL

ARQUIVOS

SOBRE

POLÍTICA EDITORIAL

BUSCAR

Início / Edições anteriores / v. 34 n. 1 (2025): Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar

A Lei Maria da Penha e a competência da Justiça Militar da União.

Ministro Dr. Artur Vidal de Oliveira

Superior Tribunal Militar

DOI: <https://doi.org/10.56256/eqr71b92>

Dra. Fernanda Lima Amorim Coutinho

Superior Tribunal Militar

DOI: <https://doi.org/10.56256/eqr71b92>

Palavras-chave: Lei Maria da Penha, Violência doméstica e familiar contra a mulher, Justiça Militar da União - competência.

Resumo

À época da publicação do Decreto-Lei 25/37, que instituiu o tombamento no Brasil, vigorava um regime nacionalista e não democrático, cujos anseios não necessariamente coincidiam com o interesse dos cidadãos. Contudo, com o advento da Constituição de 1988, fundou-se um regime de Estado Democrático de Direito com o estabelecimento de um programa de valorização de uma cidadania plural, solidária e coletiva, com interesses sociais "desacoplados" dos interesses estatais. Este artigo traz como problema o seguinte questionamento: que impactos a Constituição de 1988 provocou sobre o tombamento disciplinado pelo Decreto-Lei 25/37? Parte-se da hipótese de que a principiologia constitucional atual exige uma interpretação conforme do Decreto-Lei 25/37 para se viabilizar a proteção do patrimônio cultural pelo tombamento. Como objetivo geral, analisa-se, em comparação, os dois contextos constitucionais de proteção do patrimônio cultural: aquele à época da outorga do Decreto-Lei 25/37 e o atual vigente, da Constituição de 1988. Trata-se de pesquisa bibliográfica, documental, e realizada no campo teórico por meio do método dedutivo. Em termos de abordagem, a pesquisa é qualitativa. Utilizou-se como método a revisão de literatura para fins conceituais e na identificação de lacunas e possibilidades na temática abordada. Constatou-se que a Constituição amplia e potencializa a proteção do patrimônio cultural brasileiro, inclusive por meio do tombamento, que não pode mais ser interpretado ou aplicado exclusivamente conforme os dispositivos do Decreto-Lei de 1937.

PDF

Publicado

16-01-2026

Edição

v. 32 n. 2 (2023): Revista de doutrina e jurisprudência do Superior Tribunal Militar

Seção

Artigos Científicos

Licença

Copyright (c) 2024 REVISTA DE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO STM



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

Como citar

A Lei Maria da Penha e a competência da Justiça Militar da União. (2026). REVISTA DE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO STM, 32(2), 21-37. <https://revista.stm.jus.br/index.php/periodicos/article/view/artigo-01-v32-n2-2023>

Formato de Citação

ISSN IMPRESSO - 2448-3281

ISSN DIGITAL - 2966-3245

ENVIAR SUBMISSÃO

IDIOMA

English

Español

Português (Brasil)

INFORMAÇÕES

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

ARTIGOS MAIS LIDOS

A derrotabilidade da pena mínima e a "minorante inominada" no superior tribunal militar: limites constitucionais e garantismo penal

A importância de um sistema especializado de justiça militar em situação de conflito armado: o caso ucraniano

A prontidão expedicionária do corpo de fuzileiros navais como ferramenta estratégica de proteção de direitos humanos em desastres ambientais

INDEXADORES

latindex

DIADORIM

Google Scholar

PALAVRAS-CHAVE

pluralidade de acusados militares

furto de uso erro de percepção

estelionato habeas corpus

prévia troca de tiros caso

julgamento moral e Ético

inobservância regras de engajamento

MENU

Atual

Arquivos

Sobre

Política editorial

ENDEREÇO

Setor de Garagens Oficiais Norte -

SGON, Quadra 05,

Lotes 05 e 06 - Brasília, DF.

CEP: 70610-650

CONTATO

revista@stm.jus.br

revista@stm.jus.br

Facebook

Instagram

Twitter

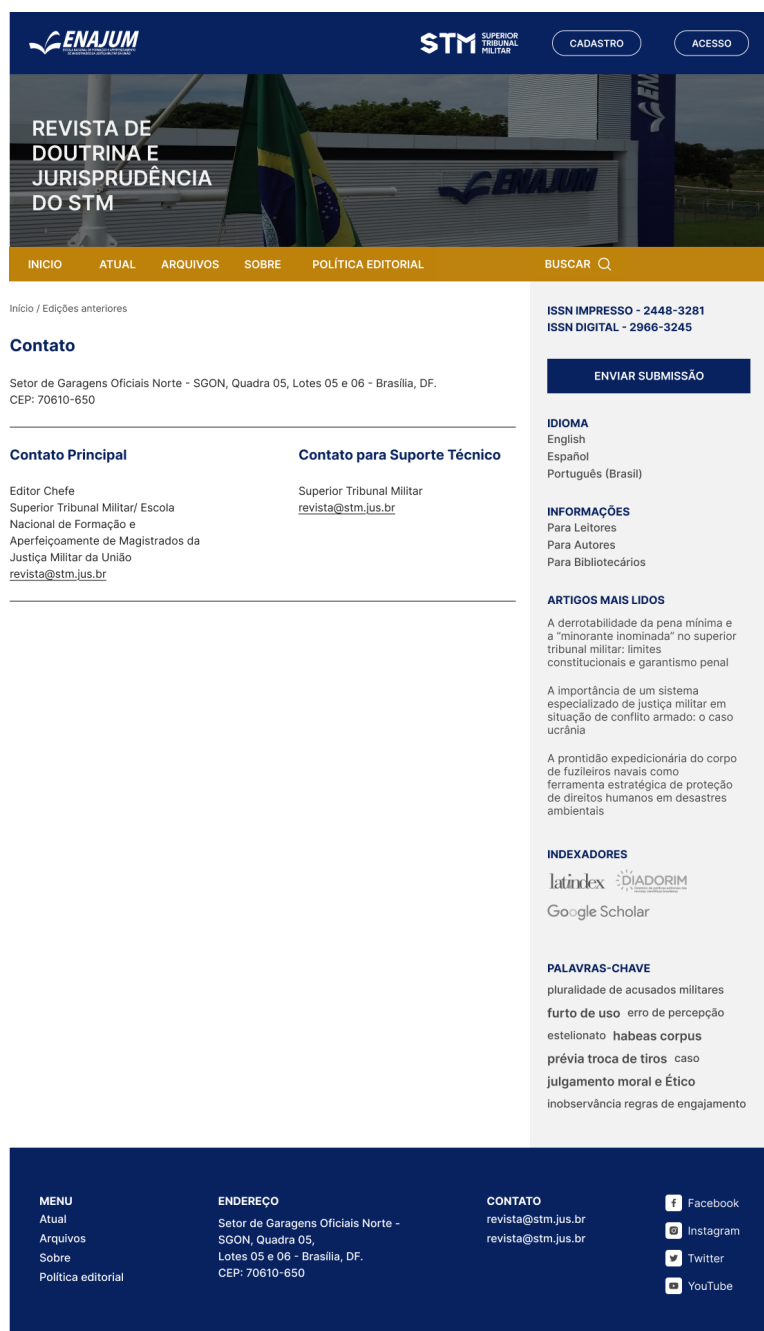
YouTube

Fonte: elaborado pela autora (2026)

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

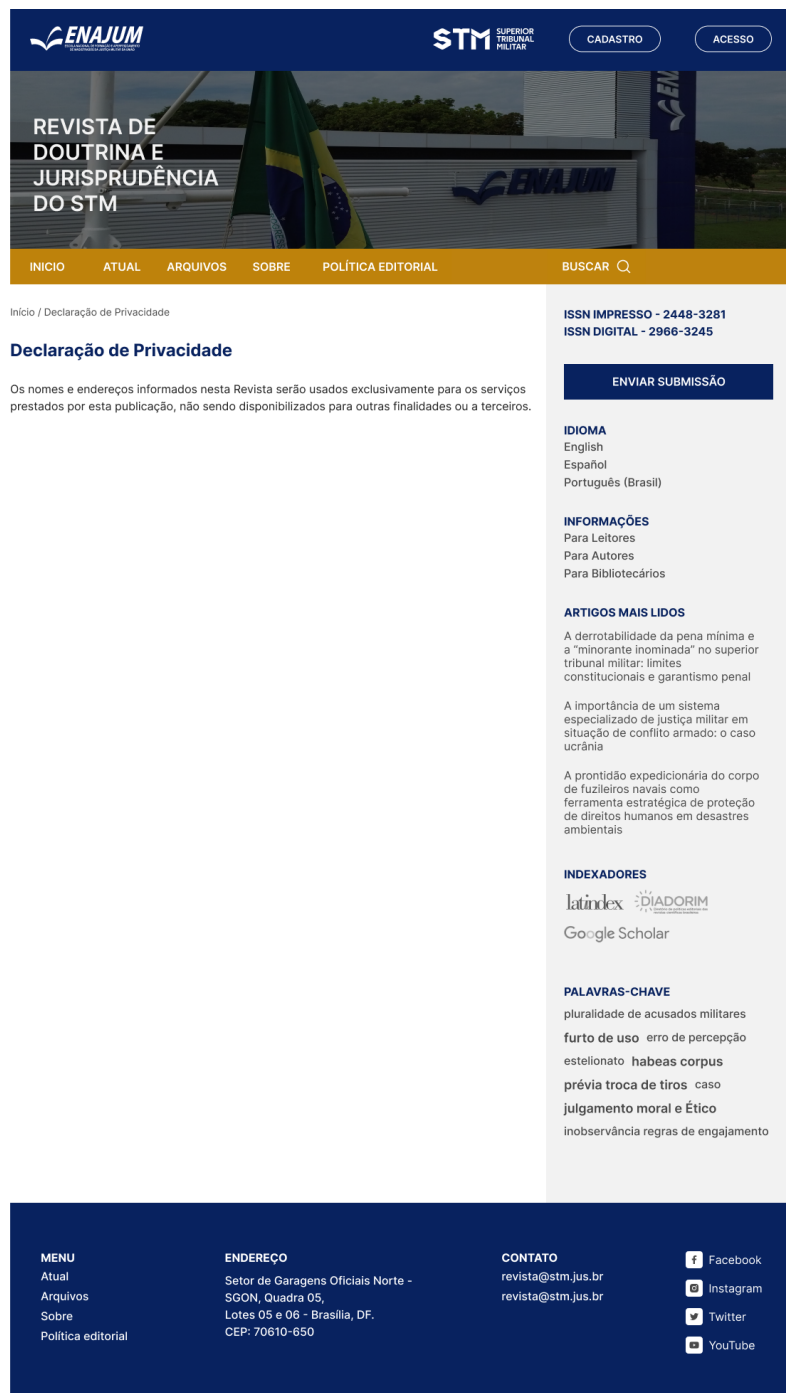
SAUS - Quadra 05 - Lote 06 - Bloco H - 6º andar - CEP: 70070-912 - Brasília, DF - Telefone: +55 (61) 3217-6177

Anexo B Figura 5. Novo design da Página Contato da Revista STM



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Anexo B Figura 6. Novo design da Página Declaração de Privacidade da Revista STM



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Anexo B Figura 7. Novo design da Página Submissões da Revista STM

ENAJUM **STM** **CADASTRO** **ACESSO**

REVISTA DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO STM

INICIO ATUAL ARQUIVOS SOBRE POLITICA EDITORIAL BUSCAR

Submissões

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso. [Acesso](#) em uma conta existente ou [Registrar](#) uma nova conta.

Diretrizes para autores

A Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar (STM) é um periódico semestral, ainda não vinculado a nenhum programa de pós-graduação, que publica, prioritariamente, trabalhos originais e inéditos, que tem o propósito de disseminar e promover o intercâmbio, em níveis nacional e internacional, de conhecimentos relativos às áreas de Direito Penal Militar, Direito Processual Militar, Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário, Direito Internacional Penal, História Militar, Geopolítica Militar, além de Ética, Relações Internacionais, Governança Judicial e Educação.

Ademais, busca promover maior integração entre a Justiça Militar da União (JMU) e a sociedade, por meio da publicação de artigos científicos, comunicações e resenhas que contribuam para a difusão do Direito Militar e áreas afins.

O principal critério para a priorização de publicação é a aderência à linha editorial da Revista, e os casos especiais serão decididos pelo Conselho Editorial ou, em última análise, pelo Conselho de Ética da Revista. Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando, necessariamente, o pensamento da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM) nem o da JMU.

Condições para submissão

Os autores, ao submeterem seus trabalhos, devem garantir que a submissão esteja em conformidade com todos os requisitos especificados a seguir. **Submissões que não atenderem às normas estabelecidas serão devolvidas aos autores para correção.**

Atender aos requisitos descritos nestas Diretrizes para Autores.

Estar de acordo com o **Template para Submissão de Artigos**.

A submissão não pode ter sido publicada anteriormente, nem ter sido submetida a outro periódico para consideração.

Crerios de Aceitação: Serão aceitos artigos inéditos, redigidos em português, inglês e espanhol, com extensão mínima de 10 e máxima de 40 páginas, seguindo a ortografia oficial. Artigos que apresentem resultados de pesquisa ou envolvam seres humanos devem ser acompanhados das autorizações pertinentes.

Formatação: Os artigos devem ser digitados na versão mais recente do Microsoft Word, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5, texto justificado e recuo de 1,25cm na primeira linha. As margens superior e esquerda devem ser de 3cm e as inferior e direita de 2cm, em tamanho A4. Os títulos e subtítulos do artigo devem estar em caixa alta, o título em negrito, e centralizados. Os títulos das seções devem estar alinhados à esquerda, em negrito, e seguir numeração progressiva conforme a NBR 6024/2012 da ABNT.

Primeira Página: Deve-se incluir o título do artigo em português e inglês, o nome completo do autor, afiliação institucional, e-mail e cargo ocupado, conforme template. O artigo deve também conter um resumo informativo de até 250 palavras, conforme a NBR 6028/2021, e o respectivo abstract, em inglês. Após o resumo, devem ser listadas de cinco a oito palavras-chave, também traduzidas para o inglês (keywords).

Referência a Eventos e Trabalhos Anteriores: Caso o artigo tenha sido previamente apresentado em eventos públicos (como congressos ou seminários), ou derive de um trabalho acadêmico (como tese ou pesquisa), isso deve ser mencionado no rodapé da primeira página.

Notas: As notas devem ser numeradas sequencialmente e listadas ao final de cada página em que são adicionadas, limitando-se a comentários essenciais. Referências bibliográficas nas notas devem seguir o sistema autoridata, conforme a NBR 10520/2023.

Citações: Todas as citações devem ser referenciadas pelo sistema autoridata, incluindo o sobrenome do autor e ano de publicação. Citações diretas devem estar entre aspas e conter o número da página, conforme o exemplo: Rahner diz "... (1962, p. 3); "citação" (Cândido, 1993, p. 12). Detalhes adicionais seguem a NBR 10520/2023.

Referências: Todas as referências devem ser verificadas quanto à exatidão e integridade e ser listadas ao final do artigo, em ordem alfabética e em conformidade com a NBR 6023/2018, indicando apenas as obras efetivamente citadas.

Imagens e Fotos: O autor deve obter permissão para publicar todas as fotos, conjuntos de dados e outros materiais fornecidos com esta submissão. Todas as tabelas, imagens e figuras devem ser numeradas e rotuladas. Além disso, devem ser inseridas no corpo do artigo no local apropriado e enviadas separadamente em arquivos .JPG com resolução mínima de 200 dpi.

As orientações para a elaboração do texto devem seguir as seguintes normas de informação e documentação da ABNT:

- Artigo científico (NBR 6022-2018);
- Referências (NBR 6023-2018 e suas erratas de 2020);
- Numeração progressiva (NBR 6024-2012);
- Resumo (NBR 6028-2021);
- Citações (NBR 10520-2023);
- Tabelas (BGE, Normas de apresentação tabular, 1993);
- Figuras, Gráficos, Quadros (NBR 6029-2023).

Artigos

Política padrão de seção

Declaração de Direito Autoral

As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, não representando, necessariamente, o pensamento do Superior Tribunal Militar. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da Revista de Doutrina e Jurisprudência do STM.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta Revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

IDIOMA
English
Español
Português (Brasil)

INFORMAÇÕES
Para Leitores
Para Autores
Para Bibliotecários

ARTIGOS MAIS LIDOS
A derrotabilidade da pena mínima e a "minorante inominada" no superior tribunal militar: limites constitucionais e garantismo penal
A importância de um sistema especializado de justiça militar em situação de conflito armado: o caso ucrânio
A prontidão expedicionária do corpo de fuzileiros navais como ferramenta estratégica de proteção de direitos humanos em desastres ambientais

INDEXADORES
linkx
DIADORM
Google Scholar

PALAVRAS-CHAVE
pluralidade de acusados militares
furto de uso - erro de percepção
estelionato habeas corpus
prévia troca de tiros - caso
julgamento moral e ético
inobservância regras de engajamento

MENU
Atual
Arquivos
Sobre
Política editorial

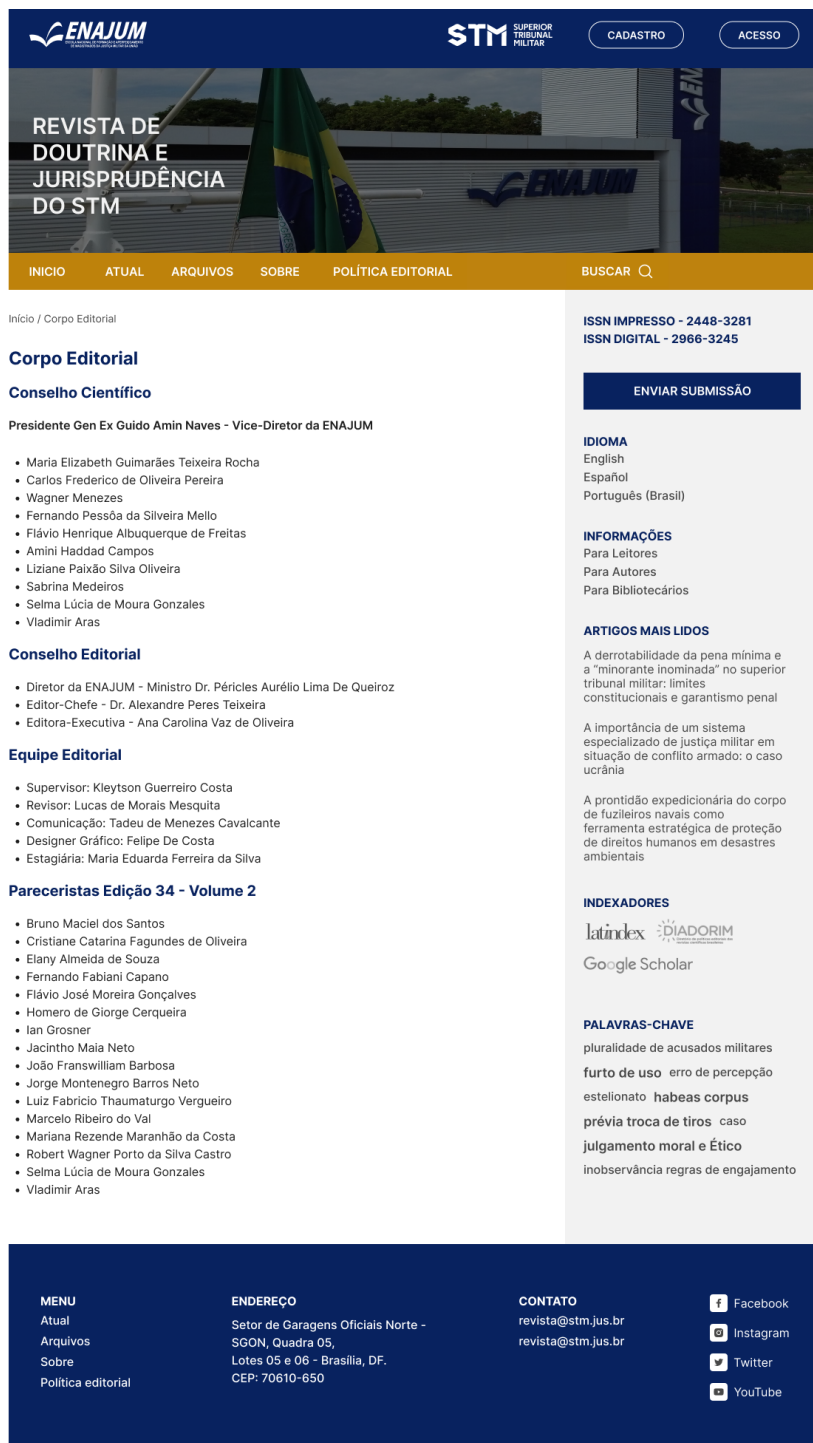
ENDEREÇO
Setor de Garagens Oficiais Norte -
SGON, Quadra 05,
Lote 05 - O5 - Brasília, DF.
CEP: 70010-650

CONTATO
revista@stm.jus.br
revista@stm.jus.br

Facebook
Instagram
Twitter
YouTube

Fonte: elaborado pela autora (2026)

Anexo B Figura 8. Novo design da Página Corpo Editorial da Revista STM



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Anexo B Figura 9. Novo design da Página Política Editorial da Revista STM

ENAJUM SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

STM CADASTRO ACESSO

REVISTA DE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO STM

INICIO ATUAL ARQUIVOS SOBRE POLÍTICA EDITORIAL BUSCAR

Início / Política editorial

Política editorial

Acesso Livre

A **Revista de Doutrina e Jurisprudência do STM** oferece acesso livre e imediato ao seu conteúdo, promovendo a democratização do conhecimento científico ao disponibilizá-lo gratuitamente ao público.

Os artigos publicados seguem a licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0, permitindo que sejam lidos, baixados, impressos e compartilhados, desde que para fins não comerciais, com a devida atribuição ao autor e à fonte conforme as normas da ABNT aplicáveis (NBR 14724, NBR 10520, NBR 6022, NBR 6023, NBR 6027, NBR 6028, NBR 6024, NBR 6034 e NBR 15287). O processo de submissão, avaliação e publicação dos artigos é totalmente gratuito.

Padrões de Ética e Boas Práticas de Publicação

A Revista adota rigorosos padrões de ética em todas as etapas editoriais, seguindo os princípios do Committee on Publication Ethics (COPE). Editores, avaliadores e autores devem observar as diretrizes internacionais do COPE, conforme o Código de Conduta e Normas de Boas Práticas para Editores de Periódicos.

Deveres Éticos dos Autores

- Relatar dados, procedimentos e resultados com precisão e clareza, evitando declarações fraudulentas ou imprecisas.
- Garantir que o artigo é inédito, original e não está sendo avaliado em outro periódico, salvo notificação prévia à equipe editorial.
- Assegurar a devida atribuição a materiais previamente publicados, sem plágio ou autoplágio.
- Obter permissão para uso de imagens, fotografias ou ilustrações com direitos autorais, indicando as fontes no texto.
- Assumir responsabilidade pelo conteúdo do manuscrito, delimitando claramente a contribuição dos autores.
- Revisar o texto com base nos comentários dos avaliadores, justificando ao editor eventuais discordâncias.
- Notificar a necessidade de correção de informações publicadas em caso de erros.
- Submeter o texto em conformidade com a língua portuguesa.

Deveres Éticos dos Avaliadores

- Avaliar textos com imparcialidade, considerando originalidade, contribuição e profundidade.
- Fornecer recomendações fundamentadas, com argumentos científicos e, se necessário, referências.
- Recusar avaliações em casos de indisponibilidade ou falta de qualificação para o tema.
- Evitar conflitos de interesse e manter a confidencialidade do processo de avaliação.
- Abster-se de usar informações privilegiadas para fins pessoais.
- Informar ao editor sobre a existência de trabalhos semelhantes submetidos em outras publicações.

Deveres Éticos dos Editores

- Garantir a qualidade dos textos publicados, focando na originalidade e relevância do conteúdo.
- Assegurar um processo de avaliação anônimo, justo e imparcial.
- Avaliar a adequação dos manuscritos ao foco da Revista e verificar instâncias de plágio ou autoplágio.
- Evitar conflitos de interesse ao selecionar avaliadores e conduzir o processo editorial.
- Proteger a identidade dos avaliadores e decidir sobre a publicação dos textos com base nas qualificações recebidas.
- Respeitar a propriedade intelectual e direitos dos autores, garantindo a confidencialidade do processo de avaliação.
- Publicar correções quando solicitadas pelos autores e investigar violações éticas, como plágio ou falsificação de dados.
- Observar a legislação pertinente, incluindo a Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

Essas diretrizes refletem o compromisso da **Revista de Doutrina e Jurisprudência do STM** com a integridade científica e a qualidade editorial, garantindo um ambiente de publicação ética e transparente para todos os envolvidos.

ISSN IMPRESSO - 2448-3281
ISSN DIGITAL - 2966-3245

ENVIAR SUBMISSÃO

IDIOMA
English
Espanol
Português (Brasil)

INFORMAÇÕES
Para Leitores
Para Autores
Para Bibliotecários

ARTIGOS MAIS LIDOS
A derrotabilidade da pena mínima e a "minorante inominada" no superior tribunal militar: limites constitucionais e garantismo penal

A importância de um sistema especializado de justiça militar em situação de conflito armado: o caso ucraniano

A prontidão expedicionária do corpo de fuzileiros navais como ferramenta estratégica de proteção de direitos humanos em desastres ambientais

INDEXADORES
Latindex DIADORIM
Google Scholar

PALAVRAS-CHAVE
pluralidade de acusados militares
furto de uso erro de percepção
estelionato habeas corpus
prévia troca de tiros caso
julgamento moral e Ético
inobservância regras de engajamento

MENU
Atual
Arquivos
Sobre
Política editorial

ENDEREÇO
Setor de Garagens Oficiais Norte -
SGOM, Quadra 05,
Lotes 05 e 06 - Brasília, DF.
CEP: 70610-650

CONTATO
revista@stm.jus.br
revista@stm.jus.br

Facebook
Instagram
Twitter
YouTube

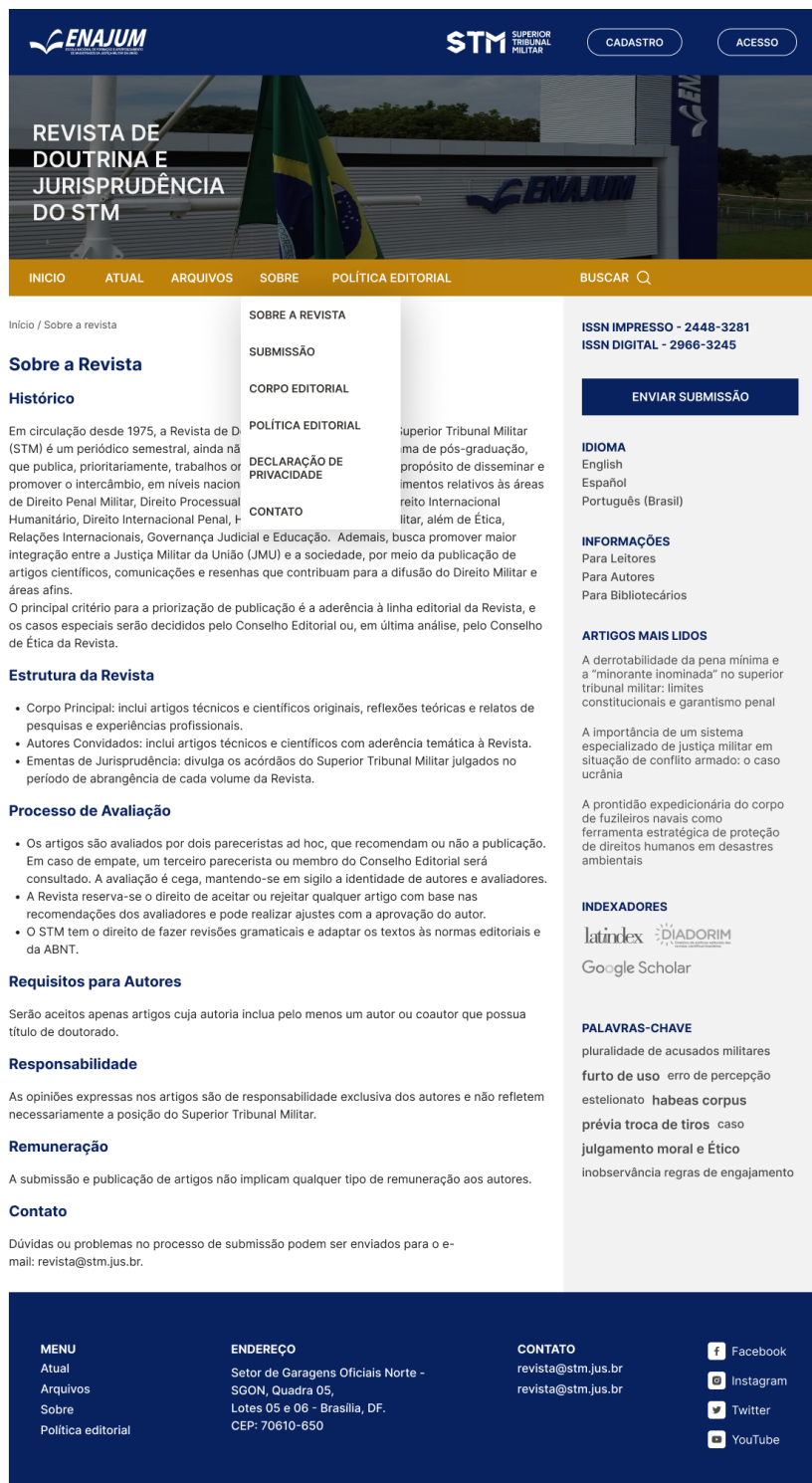
Fonte: elaborado pela autora (2026)

Anexo B Figura 10. Novo design da Página Sobre da Revista STM



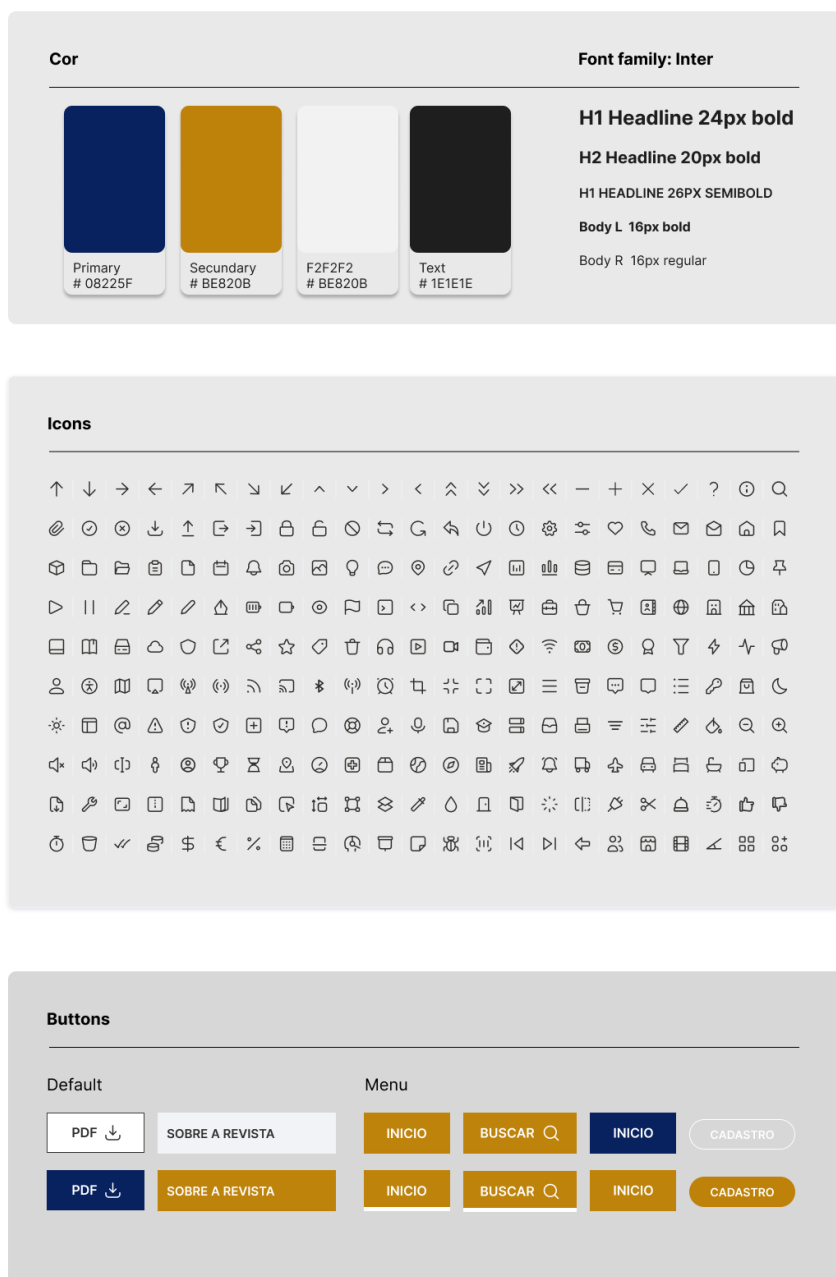
Fonte: elaborado pela autora (2026)

Anexo B Figura 11. Novo design do Menu da Revista STM



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Anexo B Figura 12. Novo design system da Revista STM



Fonte: elaborado pela autora (2026)